

## ASPECTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO INSTRUMENTO PROCESSUAL NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE

*Por: Sidiney Rangel Xavier*

O alvo desta Monografia foi percorrer pelos institutos jurídicos concernentes a tutela jurisdicional do Meio Ambiente, delineada para os instrumentos processuais disponíveis à mesma, sobre os aspectos contidos na Lei de Ação Civil Pública, como instrumento processual na defesa e proteção do Meio Ambiente como um todo. A fundamentação teórica deste trabalho consiste nas informações expressas, não só na legislação vigente, mas fundamentalmente sob a égide das orientações abalizadas na doutrina ambientalista atuante em nosso País. No primeiro capítulo vislumbrou-se o ponto marcante da pesquisa almejada, referenciada pelas discussões técnicas, tida como propulsora da necessidade de se ver as questões ambientais sempre com a preocupação voltadas para com o fim a que se possa atingir. No segundo capítulo refere-se às abordagens aos aspectos gerais da preocupação legal com o tema em estudo, evidenciando do ponto de vista legal que houve certas preocupações com os recursos naturais na seara ambiental, uma vez que tais preocupações, não permaneceram formulações jurídicas capazes de formar conceitos amplos de meio ambiente, fins de lastrear uma coerente política ambientalista consistente. No terceiro capítulo constatar-se-á a sustentação teórica em face da abordagem direta ao mecanismo que viabiliza os procedimentos judiciais no sentido de dar combate ao caos concernente às questões ambientais - A Lei de Ação Civil Pública – sendo esta a proposta que tem o objetivo único de análise de seus aspectos, como instrumento processual para defender e preservar o meio ambiente. Vale dizer, que a justificativa da finalidade da norma em questão, está no campo da reparação dos danos, muito embora este trabalho tenha se restringido aos limites do *Jus Ambientalismo*. O quarto capítulo se dedicou às considerações finais aos aspectos pertinentes ao tema abordado, com a sustentação de que às Ações Cíveis Públicas são aquelas que permitem a maior ampliação do instrumento processual na defesa do Meio Ambiente. Por isso, a relevância da importância de se fazer um estudo relacionado aos seus preceitos normativos, tendo como fundamento o estudo do direito resultante de fatores econômicos, políticos institucionais e culturais, reflexo da relação de tensão existente entre as diferentes classes sociais que buscam atingirem o *bem comum*.

**Palavras Chaves:** Meio Ambiente. Preservação. Uso Comum.